



SERVIDOR, SUA APOSENTADORIA ESTÁ EM RISCO

Como se não bastasse o esforço do governador Rodrigo Rollemberg para fazer com que o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (IPREV-DF) não funcione corretamente – inclusive não nomeando os membros do conselho administrativo – agora o governador do Distrito Federal está prestes a dar mais um passo rumo à destruição do Instituto. Chegou ao conhecimento do Sindical que Rollemberg deve nomear, nos próximos dias, Márgara Raquel Cunha à presidência do Instituto.

Márgara Cunha é esposa de Fernando Cláudio Antunes Araújo, um dos investigados na operação Caixa de Pandora. Seu nome consta na Lista de Responsáveis com Contas Julgadas Irregulares do Tribunal de Contas da União (TCU). Ou seja, Márgara está impedida de tomar posse em qualquer órgão da administração direta e indireta do Distrito Federal. Mesmo assim, desde janeiro

de 2015, ela ocupa o cargo de chefe de Governança, Projetos e Compliance do IPREV-DF.

Na sessão ordinária da Câmara Legislativa de terça-feira (6), o deputado Chico Vigilante questionou a possível indicação de Márgara Cunha à presidência do IPREV-DF. “Não pode ter um ‘ficha suja’ na direção do IPREV-DF”. Afirmou. O parlamentar relatou a existência de uma solicitação de auditoria, com data do dia 15 de fevereiro deste ano, em que é questionada sua atual ocupação no cargo de chefe de Governança, Projetos e Compliance do IPREV-DF.

O deputado Chico Leite também se manifestou a respeito do assunto. “Para assumir um cargo comissionado, é preciso juntar cerca de 8 certidões negativas. Posso tranquilizá-lo que esta condenação do Tribunal de Contas impede a posse, a pessoa pode ser nomeada, mas não pode tomar posse”, garantiu, em aparte ao pronunciamento do deputado Chico Vigilante.

Risco

O IPREV-DF movimenta, anualmente, cerca de R\$ 3 bilhões em recursos utilizados para pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios. Criado em 2008, unificou o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas dos poderes Executivo e Legislativo do

DF, incluindo o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). A indicação de pessoa não habilitada para assumir o controle e a administração de tão importantes recursos é pôr em risco a aposentadoria de todos aqueles que contribuem e dependem da gestão eficiente desses recursos para uso futuro.